

**O PAPEL DE MEDIAÇÃO DO DIVULGADOR  
NO PROJETO DISCURSIVO  
DO GÊNERO DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA**

*Urbano Cavalcante Filho* (UFBA, UESC, IFBA)  
[urbanocavalcante@yahoo.com.br](mailto:urbanocavalcante@yahoo.com.br)

*Vânia Lúcia Menezes Torga* (UFMG, UESC)  
[vltorga@uol.com.br](mailto:vltorga@uol.com.br)

**A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros.**

**Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor.**

(Mikhail Bakhtin)

**1. Introdução**

O presente trabalho apresenta parte das reflexões desenvolvidas na investigação do Mestrado em Letras: Linguagens e Representações, desenvolvida na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em Ilhéus-BA. Neste texto, nosso objetivo é discutir o papel desempenhado pelo divulgador na mediação que estabelece entre o discurso da ciência e o público leitor (não especialista), no projeto discursivo do gênero divulgação científica, a partir das reflexões propostas por Campos (2006), ao tratar da enunciação ternária que constitui o projeto de dizer desse gênero discursivo. Nesse trabalho, os gêneros discursivos são concebidos numa concepção dialógica de linguagem, a partir dos pressupostos bakhtinianos, e o corpus é constituído por textos produzidos e assinados pelo Prof. José Luiz Fiorin e publicados na revista *Língua Portuguesa da Editora Segmento*. Nessa atividade enunciativa do divulgador, observamos um trabalho resultante de um gesto de interpretação, operado na ordem do deslocamento (CAVALCANTE FILHO, 2011) e constituindo, assim, um novo discurso.

**2. Os gêneros do discurso**

Desde Platão e Aristóteles, a noção de gênero discursivo vem sendo uma preocupação constante entre os estudiosos da linguagem, haja

vista as várias classificações que têm aparecido ao longo dos tempos. “Essa preocupação com a questão do gênero tem resultado numa variedade de abordagem – o que se atesta pela metalinguagem utilizada; tem-se usado às vezes indistintamente os termos: gêneros textuais, tipos de discurso, tipos textuais, modos/modalidades de organização textual, espécies de texto e de discursos etc.” (BRANDÃO, 2003, p. 35). Dessa forma, essa questão do gênero foi preocupação primeira da poética e da retórica e não da linguística. Sobre isso, Brandão (2003, p. 35) elenca duas razões: primeiro, porque a linguística, enquanto ciência específica da linguagem, é recente, e depois porque a preocupação inicial foi com as unidades menores que o texto (a exemplo do fonema, da palavra, da frase). Na medida em que ela passa a se preocupar com o texto, começa a pensar na questão da classificação. Essa preocupação se torna crucial quando ela deixa de trabalhar somente com textos literários, mas se volta também para o funcionamento de qualquer tipo de texto.

Em seus escritos, o linguista russo Mikhail Bakhtin (1997) focaliza sua reflexão no caráter social dos fatos de linguagem. Nessa perspectiva, o enunciado é encarado como produto da interação verbal, determinado tanto por uma situação material concreta como pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma dada comunidade linguística. Dessa forma, o autor insiste sobre a diversidade das atividades sociais que são exercidas pelos diversos grupos e, conseqüentemente, sobre a multiplicidade das produções de linguagem ligadas a essas atividades. Isso nos permite dizer que é impossível a comunicação verbal a não ser por algum gênero, assim como também é impossível se comunicar a não ser por algum texto. Dito de outra maneira, a comunicação verbal só é possível por algum gênero discursivo. Essa é uma posição defendida por Bakhtin (1997), ao tratar a língua em seus aspectos discursivos e enunciativos, e não em suas peculiaridades formais e estruturais. Com essa noção, Bakhtin ratifica a concepção de encarar a linguagem como um fenômeno social, histórico e ideológico, definindo um enunciado como uma verdadeira unidade de comunicação verbal.

Dessa forma, Bakhtin estende os limites da competência linguística dos sujeitos para além da frase na direção dos “tipos relativamente estáveis de enunciados” e do que ele chama “a sintaxe das grandes massas verbais”, isto é, os *gêneros discursivos*, com os quais temos contato e vivemos imersos desde o início de nossas atividades de linguagem.

Entendendo, pois, os gêneros do discurso como “tipos relativamente estáveis de enunciados”, é notório que esse conceito de gênero es-

tá integrado à atividade social de utilização da língua, que sofre uma regulação das condições e finalidades de cada uma de suas esferas da atividade produzida pelos seres humanos nas situações comunicativas relativamente estáveis a que estão integrados.

Ainda pensando no aspecto “relativamente acabado” dos gêneros, poder-se-ia resumir a discussão em torno de tal temática da seguinte maneira: os gêneros, segundo essa visão bakhtiniana, são resultados da fusão de três dimensões constitutivas, como bem sinaliza Bakhtin: i) o conteúdo temático ou aspecto temático – objetos, sentidos, conteúdos, gerados numa esfera discursiva com suas realidades socioculturais –, o qual tem a função de definir o assunto a ser intercambiado; ii) o estilo verbal ou aspecto expressivo – seleção lexical, frasal, gramatical, formas de dizer que têm sua compreensão determinada pelo gênero -; iii) a construção composicional ou aspecto formal do texto – procedimentos, relações, organização, participações que se referem à estruturação e acabamento do texto, que sinaliza, na cena enunciativa, as regras do jogo de sentido disponibilizados pelos interlocutores.

### 2.1. Divulgação científica: gênero do discurso?

É consenso entre os estudiosos, uma tarefa não muito simples definir o texto de DC, pois, de acordo com Sánches Moura (2003, p. 13), “cada divulgador tem sua própria definição de divulgação”. No entanto, é sugerido o seguinte conceito operativo: “a divulgação é uma recriação do conhecimento científico, para torná-lo acessível ao público”.

Nesta perspectiva, destacamos como principal eixo teórico, o trabalho de Authier-Revuz (1998) sobre DC. Na concepção dessa autora, o texto de divulgação científica é uma associação do discurso científico com o discurso cotidiano, sendo que este último favorece a leitura por parte de um número maior de leitores. A autora conceitua DC como:

uma atividade de disseminação, em direção ao exterior, de conhecimentos científicos já produzidos e em circulação no interior de uma comunidade mais restrita; essa disseminação é feita fora da instituição escolar-universitária, não visa à formação de especialistas, isto é, não tem por objetivo estender a comunidade de origem (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 107).

Horta Nunes (2003), ao abordar o texto de DC, afirma haver “uma justaposição entre os discursos científico e cotidiano”, como se houvesse uma concorrência entre os conhecimentos, demonstrando, desse modo, estabelecer posições que sinalizam a hierarquização das formas de saber.

Orlandi (2001) afirma que a divulgação científica é uma relação estabelecida entre duas formas de discurso – o científico e o jornalístico – em uma mesma língua.

Diante dessas definições, podemos concluir que o texto de DC constitui a intersecção entre dois gêneros discursivos: o discurso da ciência e o discurso do jornalismo, este último visto como o discurso de transmissão de informação. Para Campos (2006, p. 1) esse gênero “é considerado como realização enunciativa marcada pela ação de quem é colocado na posição de *um* ao falar *pelo outro* (o especialista) *para o outro* (não especialista)”.

Noutras palavras, o *eu* refere-se ao divulgador que utiliza uma linguagem discursiva para se aproximar do *outro* – o público (não especialista), a partir das informações de um *outro* – o especialista (o cientista/ciência).

Convém salientar que se trata de um público-leitor distanciado das ciências ou de alguns de seus ramos, ou seja, a divulgação da ciência é veiculada em vários meios de comunicação em que leitores potenciais podem ser leigos em determinados assuntos.

Verticalizando mais a abordagem sobre a DC, retomamos a interpretação do postulado bakhtiniano a respeito da noção de gênero como tipo relativamente estável de discurso, elaborado por cada esfera de utilização da língua.

Considerando o fato de que o caráter e os modos dessa utilização são variados, variadas também serão as modalidades de gêneros discursivos. Dessa forma, pensando a divulgação científica, ela está circunscrita a uma esfera de utilização da língua, podendo ser encarada como um gênero discursivo. Mas não só por isso. Os gêneros, como já foi anteriormente abordado, refletem, então, as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas no tocante a três aspectos: o conteúdo temático, estilo verbal e construção composicional, elementos esses indissolúvelmente ligados entre e si e fundidos no todo do discurso. “Os gêneros estão sempre vinculados a um domínio da atividade humana, refletindo suas condições específicas e suas finalidades”, ressalta Fiorin (2006, p. 62). Sua estabilidade é demonstrada, como dito anteriormente, no conteúdo temático, no estilo e na organização composicional.

Partindo do pressuposto de que os gêneros, com seus propósitos discursivos, não são indiferentes às características de sua esfera, pelo

contrário, neles que elas “se mostram”, todo gênero tem um conteúdo temático determinado: seu objeto discursivo e finalidade discursiva, sua orientação de sentido específica para com ele e os outros participantes da interação. No caso da divulgação científica, a caracterização do seu discurso, do ponto de vista temático, reside no assunto “ciência e tecnologia”, constituindo-se um tema único, concreto, histórico e que se adapta às condições do momento, conforme Bakhtin propõe para constituir um gênero.

Outra dimensão constitutiva do gênero que está estritamente vinculada à unidade temática, é a construção composicional. A construção composicional é a forma de organizar o texto, de montar a estrutura com os itens que comporão a obra. Como exemplifica Fiorin (2006, p. 62):

[...] sendo a carta uma comunicação diferida, é preciso ancorá-la num tempo, num espaço e numa relação de interlocução, para que os dêiticos usados possam ser compreendidos. É por isso que as cartas trazem a indicação do local e da data em que foram escritas e o nome de quem escreve e da pessoa para quem se escreve.

Pensando nos textos da revista *Língua Portuguesa*, que constituem nosso *corpus*, podemos perceber que, em relação à forma composicional, a maneira como o discurso é constituído e as relações dialógicas que acontecem entre os parceiros da comunicação verbal, põem em funcionamento procedimentos discursivos variados, dentre eles: a recuperação de conhecimento tácitos, gancho frio, conclusão no início do texto, explicações, exemplificações etc. Todas essas formas dão à DC uma composição característica desse gênero de discurso.

Quanto ao terceiro elemento constitutivo do gênero discursivo e que está vinculado estritamente à unidade temática e composicionalidade, o estilo, este é entendido como “seleção de certos meios lexicais, fraseológicos e gramaticais em função da imagem do interlocutor e de como se presume sua compreensão responsiva ativa do enunciado” (FIORIN, 2006, p. 62). Dirigido a um público não especializado nos assuntos de ciência, o discurso da divulgação deve dispensar a linguagem esotérica exigida pelo discurso científico preparado por e para especialistas e abrir-se para o emprego de analogias, generalizações, aproximações, comparações, simplificações - recursos que contribuem para corporificar um estilo que vai se constituir como marca da atividade de vulgarização discursiva (ZAMBONI, 1997, p. 122).

Vejamos o que diz Bakhtin sobre essa questão:

O estilo é indissociável de determinadas unidades temáticas e – o que é de especial importância – de determinadas unidades composicionais: de determinados tipos de construção do conjunto, de tipos do seu acabamento, de tipos da relação do falante com outros participantes da comunicação discursiva – com os ouvintes, os leitores, os parceiros, o discurso do outro, etc. (BAKH-TIN, 1997a, p. 266).

É o que ocorre com os exemplos abaixo, retirados dos textos que constituem o *corpus* da pesquisa:

(1) Um esquema argumentativo são relações entre premissas. A argumentação opera com dois grandes tipos de esquemas: a implicação (se A, então B) e a concessão (A, embora B) (FIORIN, 2009a, p. 22).

(2) Uma declaração de inocência em termos penais não significa que o júri ou o juiz creia que o acusado é inocente, quer dizer que não tem certeza de que ele tenha delinquido. (FIORIN, 2010b, p. 41).

(3) Além dos casos de ambiguidade, há certos equívocos que derivam do uso, nos raciocínios lógicos, de palavras com mais de um sentido. *Por exemplo*, nos silogismos, o termo médio aparece duas vezes, uma na premissa maior e uma na menor (FIORIN, 2010d, p. 23).

Observemos, nesses fragmentos apresentados, que as condições em que os textos de DC são produzidos fazem com que o enunciador lance mão de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua para poder efetivar seu projeto de dizer. São discursos marcados pela definição (exemplo 1), explicação (exemplo 2) e exemplificação (exemplo 3). Tudo isso concorrendo para caracterizar o DC, no seu propósito maior de ser compreendido por o público a que se destina (um público não especialista dos conteúdos do mundo da ciência).

### **3. O papel do divulgador: mediação de um que fala pelo outro e para o outro**

Pensar o gênero DC exige que voltemos nossa atenção a respeito da importância que exerce, na mediação do especialista em interação com o não especialista, a experiência de linguagem da figura do divulgador.

Na caracterização do gênero DC, percebemos a interação que marca a enunciação do especialista com a enunciação do não especialista, mediado pela enunciação do divulgador. Nessa articulação, segundo Campos (2006, p. 11):

DV [divulgador] assume a posição de um para tentar, discursivamente, fazer a aproximação do outro (Ciência) ao universo do outro (Público), e vice-versa, constitui a enunciação ternária, ou seja, a enunciação do gênero Divulgação Científica, que se realiza com a mediação, praticada por DV, no jogo iterativo de linguagem. Aqui, DV articula a enunciação primária (enunciação do especialista) com a enunciação secundária (enunciação do não especialista). Tal conjunto de experiências de linguagem, ou de gênero, vem marcado, dialogicamente, por uma dupla exterioridade e uma dupla excedência. Ou seja, ao dizer, emblematicamente, eu falo pelo outro para o outro, assume o seu propósito discursivo de produzir um texto que promova a aproximação de uma enunciação à outra.

Com a intenção de melhor explicitar essa enunciação ternária apresentada por Campos, vejamos a seguinte ilustração:

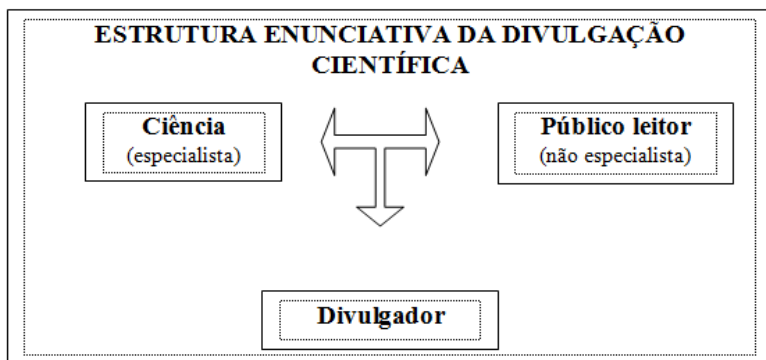


Figura 2: Esquema da estrutura enunciativa da divulgação científica

Como pode ser observado, na enunciação da DC, há uma estrutura enunciativa de três lugares com duas extremidades: o primeiro é o lugar da ciência, representado pelos cientistas, cuja autoridade traduz-se em garantia de credibilidade e seriedade. O segundo lugar é ocupado pelo “público leitor”, chamado de não especialista, cuja imagem é construída a partir da ideia de um homem leigo, porém aberto e curioso sobre “novidades” da ciência. Por fim, no terceiro lugar, temos o divulgador, que é o mediador dessa relação, cuja função é aproximar os dois pólos.

Posso dizer de outra maneira: no gênero DC, o papel desempenhado pelo divulgador é o de mediador, cujo espaço de enunciação localiza-se no interdiscurso, já que ele (o divulgador) fala do outro (ciência) para o outro (público leitor), gerando, de modo criativo, uma nova enunciação: a enunciação da divulgação científica, que tem como alvo o não especialista. O que temos aí, não é mera forma de reformulação discursi-

va, mas essencialmente a formulação de um novo discurso (ZAMBONI, 1997, p. 28), com características e finalidades próprias.

A atividade do divulgador, antes de ser mera adaptação daquilo que foi formulado pelo discurso científico, é, antes de tudo, um verdadeiro trabalho discursivo. O trabalho do divulgador é resultado de um gesto interpretativo do discurso da Ciência e não apenas uma reformulação de seu discurso. O modo como o divulgador vai elaborar seu discurso depende essencialmente do contexto discursivo em que se inscreve, o que inclui, como vimos, não apenas o meio através do qual o seu artigo será veiculado, mas, essencialmente, o interlocutor a quem este se dirige.

Segundo Orlandi (2001, p. 23), “o jornalista lê em um discurso e diz em outro”. Esta autora encara o discurso de DC como um “jogo complexo de interpretação”, visto que a divulgação relaciona diferentes formas de discurso na mesma língua; portanto, trata-se de discursividades diferentes. Por isso que defendemos a ideia de que o divulgador não traduz o discurso científico, antes ele trabalha no entremeio desses dois discursos. O que há, pautado na reflexão de Orlandi, é uma interpretação da ordem do discurso da ciência que vai produzir um lugar de interpretação em outra ordem de discurso. Teremos aí, a constituição de efeitos de sentidos próprios do domínio discursivo da DC. Na posição da autora, a DC é uma versão da ciência.

Em seu estudo, Grigoletto (2005) afirma, aproximando-se da posição de Orlandi, que o trabalho do jornalista científico (aqui, eu desloco para divulgador) é resultado de um gesto de interpretação do discurso da ciência e não apenas de tradução de um código e/ou termos especializados. Dessa forma, na produção do discurso da DC, o divulgador desloca os saberes da ordem da ciência, como também recorta elementos da ordem do senso comum.

Dessa forma, fica notório que estamos diante de instâncias diferentes de enunciação e, portanto, efeitos de sentido diferentes. O que significa na ordem do discurso da ciência, enquanto lugar de produção do conhecimento, na DC ocorre o deslocamento para a produção da informação.

Nesse processo de deslocamento, há uma nova enunciação. O divulgador não é um tradutor, mas se inscreve como um autor que, após o gesto de interpretação do discurso da ciência, ele tem seu ato responsá-



vel<sup>1</sup> (no sentido bakhtiniano do termo) e responde por essa enunciação, num espaço de interdiscursividades, pois o próprio princípio fundador da linguagem é a dialogia.

Na enunciação da DC, é o locutor (divulgador) quem toma a palavra. E essa palavra existe para ele sob três aspectos, conforme assinala Zamboni (1997): i) como palavra neutra da língua (desprovida de expressividade); ii) como palavra do outro (preenche o eco do interdiscurso); e iii) como palavra minha, que, por estar a serviço de minha intenção comunicativa, do meu querer-dizer de locutor, já está impregnada de meu tom, de minha expressividade.

Com isso, posso ampliar a reflexão ao pensar, tomando Bakhtin como referência, a importância da atividade do locutor (divulgador), pois é ele o responsável na busca do gênero discursivo adequado ao cumprimento de sua intenção comunicativa e no estabelecimento da relação da expressividade com objeto do seu discurso. Em seu projeto do querer-dizer “coisas da ciência para o público em geral” está presente sua visão de mundo, enquanto autor, e sua marca de individualidade também se manifesta em cada um dos elementos estilísticos com os quais se cumpre a sua intenção comunicativa.

Além da importância, no projeto comunicativo da divulgação científica, a figura do “outro” também é determinante para a realização do projeto do querer-dizer do divulgador. Ora, ao enunciar, enuncia-se a alguém. Vejamos o que diz Bakhtin (1992, p. 320) a respeito desse “outro”: “O índice substancial (constitutivo) do enunciado é o fato de dirigir-se a alguém, de estar voltado para o destinatário”. Afinal de contas, faz parte da natureza do enunciado buscar uma compreensão responsiva ativa, isto é, a resposta presumida influi no enunciado do locutor no momento em que ele está sendo elaborado; na verdade, o que se tem é uma coenunciação.

---

<sup>1</sup> O ato é um gesto ético no qual o sujeito se revela e se arrisca inteiro. Pode-se dizer que ele é constitutivo de integridade. O sujeito se responsabiliza inteiramente pelo pensamento. Nas palavras de Bakhtin, “cada um de meus pensamentos, com o seu conteúdo, é um ato singular responsável meu; é um dos atos de que se compõe a minha vida singular inteira como agir ininterrupto [...] cada ato singular e cada experiência que vivo são um momento do meu viver-agir” (2010, p. 44). Ou seja, Bakhtin postula que se cada sujeito ocupa um lugar singular e único, esse sujeito apresenta-se, portanto, como responsável pelos seus atos. Assim, o ato ético corresponde a um conjunto de obrigações e deveres concretos, é o agir no mundo, ligado diretamente à realidade.

Isso nos obriga, tomando a experiência dialógica da linguagem como pressuposto, na relação dos interlocutores que escrevem e lêem, a pensar o texto de divulgação científica, portanto, como um “espaço marcado pela atividade de quem escreve, na posição de *um*, e quem lê, na posição de o *outro*” (CAMPOS, 2008, p. 6). Ainda com base na argumentação de Campos (2008, p. 6):

Do ponto de vista dialógico, o que se espera do locutor, quando assume a posição de linguagem identificada como *um*, é a construção imaginária de um alocutário, figurado na posição identificada como o *outro*. Desse modo, ao escrever, o locutor constrói com a linguagem não só a si, mas ainda o alocutário: o seu leitor. E assim fazendo, agindo com a linguagem, o locutor procura conquistar o seu alocutário, operando no sentido de fazê-lo ser o que está sendo imaginado pela posição daquele que figura como *um*: o locutor. Nesse caso, o locutor pode ser caracterizado como uma operação, ou estilo, de conquista do alocutário: uma estratégia textual de escrita que prefigura estratégias textuais de leitura. E esse, o alocutário, na posição que o figura como *outro*, executaria também operações de linguagem que se articulam naquilo que pode ser definido como estratégias textuais de leitura para a conquista do escritor como construção de linguagem articulada pelo leitor (CAMPOS, 2008, p. 4).

Dito de outra forma, a palavra do divulgador está marcada, constitutiva e mostradamente, das palavras do outro. Seria ilusório pensar que as palavras enunciadas por Fiorin nos textos constantes do nosso *corpus* têm origem nele mesmo. Em seu projeto enunciativo, estão as palavras do outro, a voz da ciência...

#### 4. Considerações finais

Analisando o movimento discursivo dialético protagonizado pelo divulgador na mediação que estabelece entre o discurso da ciência e o público leitor (não especialista), no projeto do gênero divulgação científica percebemos, com base nas reflexões de Campos (2006), que se trata da enunciação ternária que constitui tal projeto de DC. Assim, nessa atividade discursivo dialética de enunciação do divulgador, defendemos que o seu espaço de enunciação localiza-se no interdiscurso, já que ele (o divulgador) fala do outro (ciência) para o outro (público leitor).

Com essas colocações sobre o gênero discursivo DC, uma questão que surge é que, ao se refletir sobre o papel da ciência tal como ela se constitui hoje, numa sociedade como a nossa, implica pensar também numa discussão que deve levar em conta não só a produção do conhecimento científico, mas também a sua transmissão e a sua reprodução, com

um olhar para as questões ética e estética que permeiam nossas ações no mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montréalaise et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV- Revue de linguistique*, Paris: Centre de recherche de l'Université de Paris VIII, n. 26, 1982.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas: UNICAMP, n. 19, jul-dez/1990, p. 25-42.

\_\_\_\_\_. A encenação da comunicação no discurso de divulgação científica. In: \_\_\_\_\_. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas: Unicamp, 1998, p. 107-131.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

\_\_\_\_\_. O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária. In: \_\_\_\_\_. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Trad. A. F. Bernardini et al. São Paulo: Unesp/Hucitec, 1993a, p. 13-70.

\_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina G. G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997a.

\_\_\_\_\_. *Para uma filosofia do ato responsável*. Trad. Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João, 2010.

BLIKSTEIN, I. *Técnicas de comunicação escrita*. 20. ed. São Paulo: Ática, 2004.

CAMPOS, E. N. O diálogo do espelho. In: *O eixo e a roda*. Belo Horizonte, v. 12, p. 301-309, jan/jul. 2006. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/poslit>

\_\_\_\_\_. *Dialogismo e prescrição: gênero, discurso, persuasão e gramática*. In: *III Seminário de Língua Portuguesa e Ensino/I Colóquio de Linguística, Discurso e Identidade*, 2008. Ilhéus-BA: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2008, v. 1.

FIORIN, J. L. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

\_\_\_\_\_. Justiça da cruz. *Língua Portuguesa*. Ano 4, nº 46, ago. 2009a, p. 22-23.

\_\_\_\_\_. A analogia na política. *Língua Portuguesa*. Ano 4, nº 47, set. 2009b, p. 24-25.

\_\_\_\_\_. As formas lógicas da argumentação. *Língua Portuguesa*. Ano 4, nº 47, out. 2009c, p. 52-53.

\_\_\_\_\_. Não há rosas sem espinhos. *Língua Portuguesa*. Ano 4, nº 48, nov. 2009d, p. 38-39.

\_\_\_\_\_. Quando partes parecem o todo. *Língua Portuguesa*. Ano 4, nº 49, dez. 2009e, p. 32-33.

\_\_\_\_\_. O todo é menos que a parte? *Língua Portuguesa*. Ano 4, nº 50, jan. 2010a, p. 38-39.

\_\_\_\_\_. Assunto encerrado. *Língua Portuguesa*. Ano 4, nº 51, fev. 2010b, p. 40-41.

\_\_\_\_\_. A ambiguidade das palavras. *Língua Portuguesa*. Ano 4, nº 52, mar. 2010c, p. 42-43.

\_\_\_\_\_. A precisão da frase. *Língua Portuguesa*. Ano 4, nº 53, abr. 2010d, p. 22-23.

\_\_\_\_\_. Maravilhas da enunciação. *Língua Portuguesa*. Ano 4, nº 54, maio. 2010e, p. 20-21.

\_\_\_\_\_. Eu, tu & ele. *Língua Portuguesa*. Ano 4, nº 55, jun. 2010f, p. 40-41.

\_\_\_\_\_. As marcas do tempo. *Língua Portuguesa*. Ano 4, nº 56, jul. 2010g, p. 50-51.

GRIGOLETTO, E. *O discurso de divulgação científica: um espaço discursivo intervalar*. Tese de doutorado em letras. Instituto de Letras, UFRGS, Rio Grande do Sul, 2005.

KREINZ, G. Divulgação, linguagem e ideologia. In: KREINZ, G.; PAVAN, C. (Orgs.). *Idealistas isolados: ensaios sobre divulgação científica*. São Paulo: NJR/ECA/USP, 1999.

LEIBRUDER, A. P. O discurso de divulgação científica. In: BRANDÃO, H. N. (Coord.). *Gêneros do discurso na escola*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARTINS, M. F. Divulgação científica e a heterogeneidade discursiva. In: *Anais II Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Rio Grande do Sul, UFRGS, 2005. CD-ROM.

ORLANDI, E. P. Divulgação científica e efeito-leitor: uma política social urbana. In: GUIMARÃES, E. (Org.). *Produção e circulação do conhecimento: estado, mídia e sociedade*. Vol. 1, Campinas: Pontes, 2001.

PERUZZOLO, A. *Elementos de semiótica da comunicação*. Quando aprender é fazer. São Paulo: EDUSC, 2004.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L. et al. (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005.

SÁNCHEZ MOURA, A. M. S. *A divulgação da ciência como literatura*. 14. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

ZAMBONI, L. *Heterogeneidade e subjetividade no discurso de divulgação científica*. Tese de doutorado em linguística. Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 1997.